

ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE ARACAJU

ANDRADE, Cialy Rolemberg. (Autor)

coisadebamba@walla.com

Graduado em Geografia pela Universidade Tiradentes e Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe, Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França e em Escola-Comunidade pela Universidade Federal de Sergipe. Professor da Rede Particular de Ensino Básico de Sergipe.

SOARES, Maria José Nascimento. (Co-autora)

marjonaso@hotmail.com

Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Professora adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe.

RESUMO

O presente estudo objetiva apresentar a análise do livro didático de Geografia utilizada nas escolas públicas da cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, na perspectiva de analisar as formas, as ilustrações e a escrita do livro de Geografia que é utilizado pelo professor em sala de aula. Para a concretização desse estudo, foi realizada pesquisa documental, observando as características do livro de Geografia nas escolas de Aracaju.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Geografia. Conteúdo de Geografia. Livro didático.

ANALYSIS OF THE BOOK OF GEOGRAPHY TEACHING BASIC EDUCATION NETWORK OF PUBLIC ARACAJU

ABSTRACT

This study aims to present the analysis of the textbook of geography used in public schools in the city of Aracaju, capital of Sergipe State, with a view to considering ways, the illustrations and the writing of geography book that is used by teachers in classroom . To achieve this study was conducted documentary research, noting the characteristics of the geography book in schools in Aracaju.

KEYWORDS: Teaching Geography. Content of Geography. Textbook.

1 INTRODUÇÃO

É de fundamental importância saber como os professores de Geografia do Ensino Fundamental Maior do 6º ao 9º ano desenvolvem suas práticas de ensino como forma de transmissão de conhecimentos e assimilação de aprendizagem dos alunos, por meio dos conteúdos abordados e estabelecidos nos livros didáticos. Esses conteúdos são ministrados por professores licenciados em Geografia, que desenvolve uma prática de forma a unir teoria e prática de ensino na sala de aula numa perspectiva de utilizar métodos para ensinar Geografia, de modo a transmitir conhecimentos e dinamizar o processo ensino-aprendizagem.

O livro didático é um recurso pedagógico que o professor utiliza para dinamizar os conteúdos não somente em sala de aula, mas também para pesquisas que irão contribuir para a formação das pessoas na comunidade escolar. A disciplina Geografia estuda a dinâmica do espaço em um determinado território, demonstrando relações socioculturais, transformações da natureza e a relação com a história das sociedades humanas. Essa definição pode ser observada no livro didático de Geografia. Para Livia de Oliveira,

“Geografia será definida como uma disciplina científica que trabalha com o espaço, quer em termos absolutos, quer relativos e relacionais, de um ponto de vista horizontal, ambiental e social. Além de científica, deverá ser considerada uma disciplina escolar básica nos quatro níveis: pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, e ser tratada de maneira coordenada e integrada entre a equipe administrativa, compreendendo diretores, coordenadores, supervisores, técnicos-administrativos, inspetores de alunos e atendentes, para juntos atingirem a ação didática, no sentido de uma educação ativa para todas as classes socioeconômicas. Essa ação educativa ganhará espírito científico à medida que a escola forneça um amplo conhecimento de pessoas e técnicas usados na Geografia, não menosprezando a formação de atitudes e valores” (apud OLIVEIRA, 2002, p. 218).

O currículo de Geografia foi introduzido na escola brasileira a partir de 1946, e hoje se encontra nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), enquanto uma disciplina que possibilita a compreensão do conhecimento. Assim,

A Geografia tem que trabalhar com diferentes noções espaciais e temporais, bem como com os fenômenos sociais, culturais e naturais que são característicos de cada paisagem, para permitir uma compreensão processual e dinâmica de sua constituição. Identificar e relacionar aquilo que na paisagem representa as heranças das sucessivas relações no tempo entre a sociedade e a natureza é um de seus objetivos (BRASIL, 1997, p. 6).

Para tanto, o referido artigo apresenta as concepções geográficas e a utilização desse recurso pedagógico utilizado em sala de aula.

A análise do livro didático de Geografia da rede pública de Aracaju objetiva apresentar as características do livro didático, demonstrando suas ilustrações, escritas e fontes a partir da escolha que os professores fazem no início do ano letivo.

Assim sendo, o problema a ser exposto nesse estudo é o de abordar os livros didáticos adotados pelos professores de Geografia e se estão atendendo ao processo de ensino-aprendizagem da escola pública. E saber quais são os conteúdos abordados no livro didático e objetivando analisar e identificar os livros didáticos que os professores de Geografia utilizam em sala de aula.

2 A GEOGRAFIA NO BRASIL E A IMPORTÂNCIA DO LIVRO DIDÁTICO

2.1 Breve histórico da Geografia no Brasil

O ensino de Geografia no Brasil fez parte no currículo oficial do país a partir de 1946, com a Reforma Capanema, que foi uma medida de mudança da Educação do país feito pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema no governo de Eurico Gaspar Dutra. De Maneira que:

A Reforma Capanema foi, então, a responsável pela inclusão da Geografia nas classes do Ensino Fundamental elementar e complementar, de acordo com as propostas da Escola Nova o Ensino Primário tem a função de promover o desenvolvimento geral do aluno e não apenas a leitura e a escrita. Desse modo, a reestruturação curricular da educação, de forma geral, e também o ensino de Geografia foram ao encontro das necessidades de assimilação de conhecimentos úteis para a vida em sociedade. (MARQUES, 2008, p. 203).

Em seguida, ocorreram intensos debates sobre as leis federais de Educação por 13 anos até a promulgação das Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 no Governo de Jânio Quadros. Essa lei fez com que originasse a disciplina Educação Moral e Cívica, incluindo o currículo de Geografia e História nessa disciplina. Isso porque “a Geografia não colaborava para a realização dos objetivos políticos e ideológicos daquele momento. Assim, o ensino da Geografia nas séries iniciais sofreu duplamente as conseqüências da LDB de 1961” (MARQUES, 2008, p. 204).

Quando a Ditadura Militar chegou em 1964, a educação brasileira sofreu várias mudanças em sua legislação. Mas, no ano de 1971, várias ciências como Sociologia, Antropologia, História e, principalmente, a Geografia, foram englobadas em uma disciplina chamada Estudos Sociais, através da Lei 5692/71 e o parecer 853/71. Com o surgimento dessa disciplina, surgiram problemas de identificação das disciplinas de História e Geografia,

porque existiam livros que abordavam mais conteúdos de História do que Geografia e vice-versa. Dessa forma,

Com a junção dos componentes curriculares houve um esvaziamento dos conteúdos de Geografia e História, dessa forma, a identificação de quais são os conteúdos geográficos e qual a importância desse componente curricular para essa faixa etária fica prejudicada, tornando-se uma dificuldade real para as professoras dessas séries. (MARQUES, 2008, p. 205-206)

Com o passar do tempo, o ensino de Estudos Sociais foi incorporado aos anos iniciais do Ensino Fundamental em toda a década de 1970, 1980, até 1996. O Governo de Fernando Henrique Cardoso, juntamente com o Ministério da Educação executou a Lei 9394/96. Essa lei estabeleceu o retorno enquanto componente curricular dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Mas, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1997, enquanto proposta de associação de idéias de autores da educação serviu como base na orientação dos professores em sala de aula no processo de ensino aprendizagem.

Com isso, o livro didático de Geografia surgiu como grande recurso útil para o estudo em sala de aula. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) foram criados por autores da Educação em 1997. A Geografia é a disciplina que faz parte desses parâmetros. Assim,

O ensino de Geografia, de forma geral, é realizado através de aulas expositivas ou da leitura dos textos do livro didático Na sala de aula, o professor pode planejar essas situações considerando a própria leitura da paisagem, a observação e a descrição, a explicação e a interação, a territorialidade e a extensão, a análise e o trabalho com a representação do espaço (BRASIL, 1997, p. 23).

2.2 A Importância do livro didático

O livro didático possui uma grande valorização como meio pedagógico que o professor e o aluno utilizam em sala de aula. Assim,

O livro didático assume certa importância dentro da prática de ensino brasileira nestes últimos anos, isso é notável, principalmente, em países como o Brasil, onde a precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina o que se ensina. (LAJOLO, 1996, p. 6)

Em 1985, criou-se o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que vem ao longo dos anos se aperfeiçoando para atingir seu principal objetivo: educação de qualidade. Porém, somente no início dos anos 90, o MEC deu os primeiros passos para participar mais direta e sistematicamente das discussões sobre a qualidade do livro escolar. Foi uma iniciativa do Governo Federal que consistiu em uma ação mais ampla do MEC para avaliar o livro

didático, apresentando um projeto pedagógico difundido por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais e dos Guias do livro didático.

Os livros didáticos são instrumentos que possuem conteúdos e métodos para a interação de conhecimentos entre o aluno e o professor, desenvolvendo uma relação social. Com isso:

Livros escolares são portadores “de conteúdos reveladores de representações e valores predominantes num certo período de uma sociedade que, simultaneamente à historiografia da educação e da teoria da história, permitem rediscutir intenções e projetos de construção e de formação social.” (CORRÊA, 2000, p. 12).

Para Corrêa, os livros escolares são componentes essenciais de um jogo de relações sociais no ambiente de sala de aula a partir de contextos culturais. Dessa forma,

a relação entre livro escolar e escolarização permitem pensar na possibilidade de uma aproximação maior do ponto de vista histórico acerca da circulação de idéias sobre o que a escola deveria transmitir/ensinar e, ao mesmo tempo, saber qual concepção educativa estaria permeando a proposta de formação dos sujeitos escolares (CORRÊA, 2000, p. 16).

O professor de Geografia e outras disciplinas escolares, na realidade, retiram grande parte dos conteúdos nos livros didáticos para poder organizar seus planos de unidade, ensino e de aula. Esses conteúdos programáticos aplicados em sala de aula para os alunos pelo professor são consideráveis para qualquer disciplina, inclusive para a disciplina Geografia. E o livro didático é um recurso essencial para esses estudos. Os conteúdos são assuntos introduzidos pelos professores em sala de aula, para que os alunos possam acompanhar gradativamente o conteúdo abordado, aumentando o nível de aprendizagem. De acordo com Libâneo, “conteúdos de ensino são o conjunto de conhecimentos, habilidades, hábitos, modos valorativos e atitudinais de atuação social, organizados pedagógica e didaticamente, tendo em vista a assimilação ativa e aplicação pelos alunos na sua prática de vida” (LIBÂNEO, 1994, p. 128). O autor ainda afirma que “os conteúdos são organizados em matérias de ensino e dinamizados pela articulação objetivos-conteúdos-métodos e formas de organização do ensino, nas condições reais em que ocorre o processo de ensino (meio social e escolar, alunos, famílias etc.)” (LIBÂNEO, 1994, p. 129).

De acordo com Lacoste (apud CALLAI, 1986, p. 16), “não se trata já de ler o grande livro aberto da natureza, mas sim de pôr em prática, instrumentos conceptuais (mais ou menos eficazes) que permitam, a pouco a pouco, aprender realidades que se não vêem a olho nu”. Nessa citação, trata-se de uma crítica relacionada a pouca prática do uso livro e da

criatividade do aluno ou até mesmo do professor. O livro é uma fonte de conhecimento para o professor e o aluno. Se não houver prática de conhecimento do livro, não haverá um bom processo de ensino-aprendizagem. O professor precisa incentivar o aluno a manusear e interpretar os textos que o livro didático traz para incentivar a vontade de aprender do educando.

O problema do livro didático é a questão do lado financeiro e a distribuição gratuita. Famílias pobres que estudam em colégios públicos não têm condições de comprar livros didáticos caríssimos. É por isso que muitos meninos pobres possuem a tendência de trabalharem sem irem à escola, por acontecerem esses descasos de escolas públicas. Para a professora de Geografia Spósito (apud OLIVEIRA, 2002, p. 307), “há, aqui, um aspecto político, que é o de se oferecer aos alunos, gratuitamente, um dos instrumentos que facilitam o processo de ensinar-aprender; e há outro que é prático, pois a compra em larga escala permite diminuição do preço de aquisição desse material”.

Existem autores da educação e da Geografia que criticam a discriminação e o preconceito que o livro didático perpassa para os leitores. Em relação à Educação, Faria afirma que “a criança apresentada no livro didático não tem papel social enquanto criança, enquanto ser humano hoje; ela está preparando para o futuro adulto”. (FARIA, 1989, p. 46). Outra afirmação considerável de Faria é “que o livro didático desconhece o valor de troca, a mercadoria. O progresso é um valor de uso já que quem o produz necessita dele e o usufrui” (FARIA, 1989, p. 28). Isso significa que para esse autor, não há classes sociais para o livro didático e que a vida se tornará excelente e homens a deixam em situação ruim. Libâneo não julga o livro didático, mas ele defende a união de três elementos: matéria, professor e aluno. Mas também critica a mecanização do ensino através do livro didático. Assim,

O ensino vira uma coisa mecânica: o professor passa a matéria, os alunos escutam, repetem e decoram o que foi transmitido, depois resolvem meio maquinalmente os exercícios de classe e as tarefas de casa; aí reproduzem nas provas o que foi transmitido e começa tudo de novo (LIBÂNEO, 1994, p. 127).

Com relação à Geografia, a autora que utiliza o posicionamento crítico sobre o livro é Vânia Vlach. Mas ela também defende as idéias relacionadas à educação, afirmando que:

O exame acurado das condições de ensino evidencia o contrário: de objeto do conhecimento, o livro didático transformou-se em sujeito do processo ensino-aprendizagem, pois o professor não se coloca com sujeito do trabalho pedagógico, de sorte que não realiza a mediação entre aluno e saber, comprometendo, inclusive a concepção do próprio conhecimento científico, reduzido à mera transmissão de algumas conquistas mágicas do mundo da ciência (VLACH, 1991 p. 86).

Na Geografia, a autora defende que nos livros didáticos da disciplina, acontece uma abstração das idéias utilizadas pelos autores, complicando o processo de ensino-aprendizagem. Com isso,

o livro didático tenta homogeneizar a aprendizagem, o que explica a abstração das contradições da sociedade brasileira em suas páginas, de uma certa maneira também enfrentadas pela população escolar, e em que se encontra amplamente disseminada pelo tecido social uma dada imagem da Geografia (VLACH, 1991, p. 86-87).

Assim, o livro didático é um dos instrumentos de interação de conhecimento entre o professor e o aluno. Com isso, esse recurso didático instiga ao professor a criatividade, desenvolvimento de metodologia de ensino na perspectiva de promover aprendizagens, em particular, o livro a ser utilizado. Mas ele pode ser um meio de abstração, contradição e desvinculação da realidade.

3. ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO

Os livros de Geografia do Ensino Fundamental do sexto ao nono ano possuem os seguintes assuntos: no sexto ano, a Geografia é mostrada como introdução dos estudos geográficos; no sétimo ano, é estudada a Geografia do Brasil e da localidade (se for Aracaju, Geografia de Sergipe); no oitavo ano, se estuda a Geografia das Américas e da África; e no nono ano, a Geografia estuda os continentes europeu, asiático, oceânico e polar.

As escolas públicas de Aracaju pesquisadas recebem todos os tipos de material escolar pelos órgãos públicos que administram essas instituições de ensino. Em relação ao livro de Geografia, as escolas municipais e estaduais adotam livros de editoras e autores totalmente diferentes.

Para tanto, foram analisados livros didáticos de cinco escolas públicas da zona sul de Aracaju: quatro escolas da rede pública estadual e uma escola da rede pública municipal.

Na escola municipal do Ponto Novo, o livro adotado é “Geografia, Sociedade e Cotidiano” (Editora Escala Educacional, 2006) de Dadá Martins, Francisco Bigotto e Márcio Vitiello, mostrado na figura abaixo.

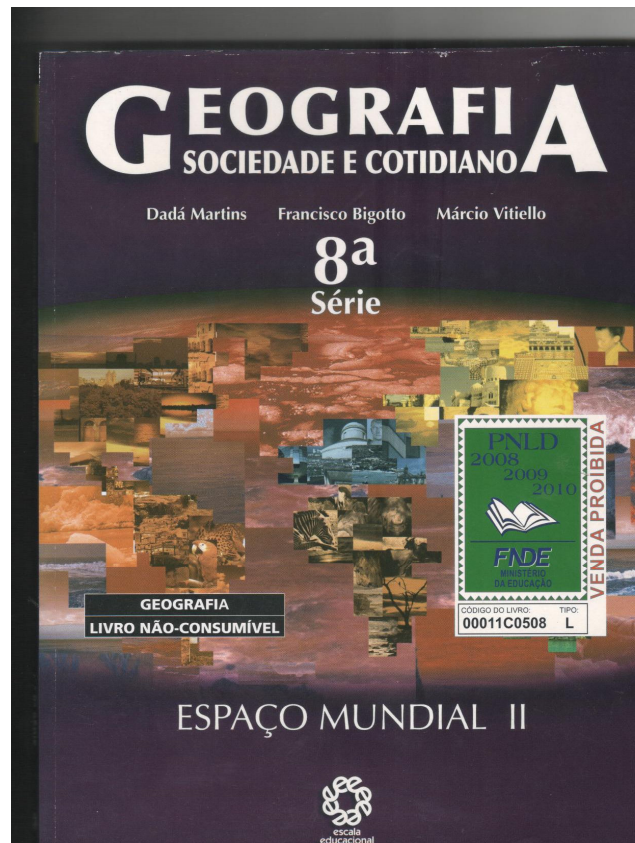


Fig 1.1

O coordenador geral dessa escola disse que todas as escolas municipais de Aracaju recebem esse livro da Secretaria Municipal de Educação. Esse livro possui oito capítulos, os quais são divididos em tópicos de estudos. Possui uma boa quantidade de ilustrações, mas a quantidade de textos é superior às gravuras e desenhos. A letra dos textos é pequena e pouco confusa. Possui um pequeno glossário para a identificação de cada palavra no final do capítulo e as atividades do livro se situam no meio do capítulo. Assim, o aluno possui uma grande carga de palavras para entender o texto e não vivencia o espaço geográfico pelas fotos e imagens do livro. Com isso,

costuma-se estudar apenas suas características de forma descritiva e isolada, sem aprofundar temáticas que explicitem as relações de interdependência e de determinação que existe entre eles e enfocando-se quase que exclusivamente seus aspectos econômicos (BRASIL, 1997, p. 17).

O equilíbrio entre texto e as figuras do livro didático de Geografia é importante para que o aluno possa entender melhor a dinâmica de entendimento dos conteúdos. Desta forma,

A leitura da paisagem através da identificação de suas estruturas auxilia também a perceber que muitos problemas enfrentados no bairro, na cidade, no município e em outras paisagens são resultados de ações. Quando se compara uma paisagem rural de agricultura comercial em confronto com outra de agricultura ecológica, rios poluídos ou não, grandes e pequenas

idades, pode-se ver e avaliar os resultados dessas ações, pois estão impressos na paisagem (BRASIL, 1997, p. 24).

Já as quatro escolas estaduais analisadas foram: três escolas no conjunto Castelo Branco, uma escola no conjunto Médici II e uma escola no conjunto Sol Nascente, ou seja, escolas da Zona Sul de Aracaju. Todas essas escolas utilizam o mesmo livro que foi repassado pela Secretaria do Estado da Educação de Sergipe. O livro adotado é “Projeto Araribá” (Editora Moderna) de Virgínia Aoki demonstrado na figura abaixo.

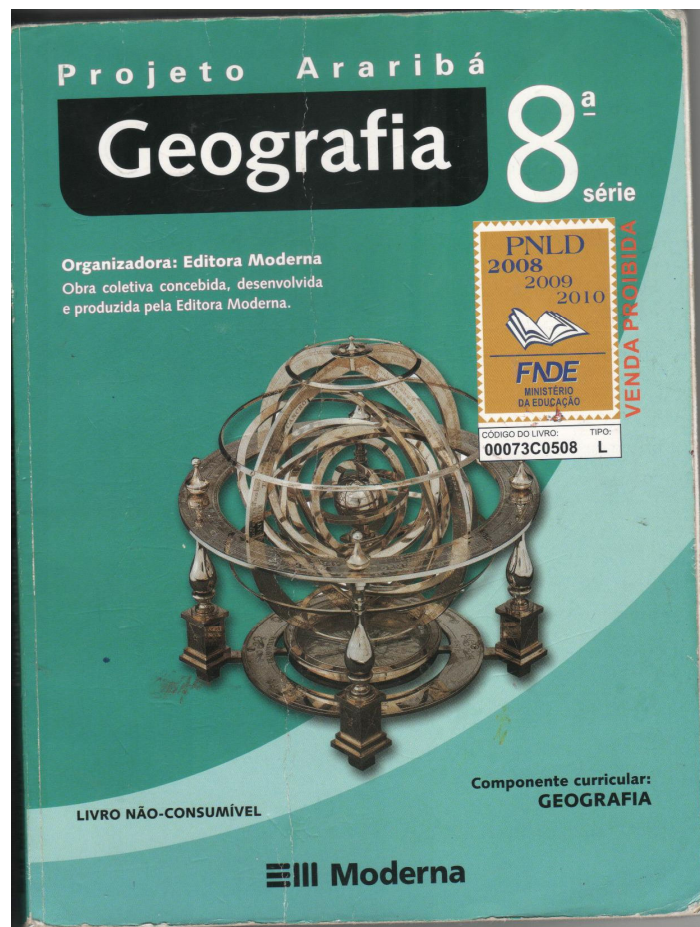


Fig 1.2

Esse livro possui oito unidades e cada unidade possui quatro capítulos. A cada dois capítulos, há resoluções de exercícios e textos complementares. Possui muitas gravuras, fotos e desenhos, mostrando a realidade do país. Os textos são resumidos, mas com grande nitidez na leitura. O glossário se situa ao lado do texto escrito. Desta forma,

Os exercícios são indispensáveis para a fixação dos conteúdos de uma disciplina e possuem grande importância para o “sucesso” de cada área do conhecimento no meio escolar. Nesse sentido, faz-se fundamental que o

professor tenha em mãos exercícios de qualidade que os auxiliem a atingir seus objetivos didático-pedagógicos (CHERVEL, 1990, p. 204).

O livro das escolas públicas estaduais pesquisadas de Aracaju tem uma proposta de mostrar a diversificação de textos, gravuras e fotos. Assim,

Fazer leituras de imagens, de dados e de documentos de diferentes fontes de informação, de modo a interpretar, analisar e relacionar informações sobre o espaço geográfico e as diferentes paisagens; conhecer a organização do espaço geográfico e o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo a compreender o papel das sociedades em sua construção e na produção do território, da paisagem e do lugar (BRASIL, 1997, p. 11).

Em síntese, nessa análise do livro didático, os livros adotados pelas escolas estaduais e municipais de Aracaju são importantes para o conhecimento do aluno e do professor. Isso porque o livro serve como fonte de pesquisa para a compreensão do espaço geográfico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre Análise do Livro Didático de Geografia do Ensino Fundamental na rede pública de Aracaju foi de fundamental importância para os estudos pedagógicos da realidade do ensino da Geografia. Isso porque foi feita várias relações entre autores que elaboram livros de Geografia e Educação.

Os livros didáticos analisados possuem um grande conteúdo de Geografia, determinando vários capítulos, mostrando a realidade do país com as gravuras, fotos e desenhos. A escola pública municipal pesquisada possui um livro didático de Geografia que se dedica com mais intensidade os textos do que as gravuras e fotos. Já nas escolas públicas estaduais da Zona Sul de Aracaju possui um livro que há um equilíbrio entre textos, figuras, fotos, glossários e exercícios complementares.

O livro didático pode mostrar-se como um instrumento eficiente, mas que revoga ao professor o seu papel de mediador insubstituível dentro do processo de ensino-aprendizagem. Para se chegar a esta prática libertadora o professor deve estar em constante busca de instrumentos e recursos que venham a enriquecer a sua prática pedagógica, de forma a contribuir para a formação de cidadãos críticos, conscientes e reflexivos. Coracini afirma que "[...] o livro didático já se encontra internalizado no professor [...] o professor continua no controle do conteúdo e da forma." (1999, p. 18), reafirmando que tornar o livro eficiente ou ineficiente vai depender da maneira como o professor utilizá-lo no processo de ensino-aprendizagem. É importante ressaltar, que este trabalho não determina o

fim da questão, mas possibilita a continuação de novos estudos acerca da Análise do Livro Didático de Geografia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2003.

ARAÚJO, Maria Inêz Oliveira. **Desafios da formação de professores para o século XXI:** o que deve ser ensinado? O que é aprendido? Relatos e ensaios. – São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** história, geografia/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

CALLAI, Jaeme Luiz. **Área de Estudos Sociais.** Ijuí: Unijuí, 1986.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares:** reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Teoria & Educação**, n. 2, 1990.

CORACINI, Maria José. (Org.) **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático.** São Paulo: Pontes, 1999.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação.** **Caderno Cedes**, ano XX, n. 52, novembro/2000.

FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático.** São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1989.

LAJOLO, Marisa. **Livro didático: um (Quase) manual de usuário.** Revista Em Aberto, ano 16, n. 69, p. 3-9, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** – São Paulo: Cortez, 1994.

MARQUES, Valéria. **Reflexões sobre o Ensino de Geografia nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental.** Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/202-213valeria.pdf>. Acesso em: 26 de Junho de 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia em Perspectiva:** ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2002.

VLACH, Vânia. **Geografia em Construção.** Belo Horizonte: Lê, 1991.